

**HABEAS CORPUS Nº 488.084 - SP (2019/0001500-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BRUNO GIRADE PARISE - SP272254  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GIVALDO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. CRIME DE RECEPÇÃO. PENA INFERIOR A 4 ANOS. FIXAÇÃO DO REGIME FECHADO EM FUNÇÃO DA REINCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. SÚMULA N. 269/STJ. ILEGALIDADE EVIDENCIADA NO PONTO.  
Ordem concedida.

**DECISÃO**

Nos Autos n. 0079543-09.2017.8.26.0050, o Juízo de Direito da 4ª Vara do Foro Central Criminal Barra Funda/SP condenou **Givaldo Oliveira da Silva Junior** por incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais 13 dias-multa.

À apelação da defesa, o Tribunal de Justiça de São Paulo deu parcial provimento, redimensionando a pena do paciente para 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime fechado, mais 11 dias-multa (fls. 21/32).

Daí o presente *writ*, em que a Defensoria Pública aponta ilegalidade na aplicação de regime mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, por ausência de motivação idônea, ferindo os enunciados das Sumulas n. 440/STJ, 718 e 719, ambas do STF.

Requer a concessão liminar da ordem *a fim de que o paciente possa permanecer em liberdade até o julgamento final do presente Habeas Corpus* (fl. 9). No mérito, pleiteia a concessão do regime aberto ou semiaberto.

O pedido de liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte (fls. 36/37).

Depois de prestadas informações, os autos seguiram ao Ministério Público Federal, que opinou pelo não conhecimento do *writ* ou, caso contrário,

pela denegação da ordem, conforme o parecer de fls. 65/69.

É o relatório.

Há manifesta ilegalidade a ser reparada.

A sentenciante, ao fixar o regime, asseverou (fls. 18/19):

Em atenção ao disposto no §§2º, “c”, e 3º ao art. 33 do Código Penal, determino que o réu deverá iniciar o cumprimento de sua pena em regime fechado, pela reincidência em delito contra o patrimônio e esta nova condenação, indicando que o crime contra o patrimônio é seu meio de vida e que nenhum regime menos gravoso é capaz de coibir sua conduta delinquente. [...]

E, no Tribunal, o Relator apresentou estes fundamentos (fl. 30):

Absolutamente adequada a fixação do regime prisional fechado para início do desconto da pena privativa de liberdade. Ao revés do que almeja a nobre defesa, sobretudo por se tratar de acusado reincidente, a demonstrar a habitualidade delitiva a qual vive.

Sucedem que diz a nossa sedimentada jurisprudência que *é admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais* (Súmula n. 269/STJ).

No caso, a ausência de circunstâncias desfavoráveis fez com que a pena-base fosse fixada no mínimo legal. Apesar de reincidente, o paciente foi condenado a sanção inferior a 4 anos de reclusão, sendo adequada, portanto, a fixação do regime inicial semiaberto.

Ante o exposto, **concedo** a ordem para modificar o regime de início do cumprimento da pena imposta ao paciente, no Processo n. 0079543-09.2017.8.26.0050, para o semiaberto.

Intime-se o Ministério Público estadual desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator